

RELATÓRIO ANUAL DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



2025

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior – Presidente do TJMG

Desembargador Marcos Lincoln dos Santos – 1º Vice-Presidente

Desembargador Saulo Versiani Penna – 2º Vice-Presidente

Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima – 3ª Vice-Presidente

Desembargador Estevão Lucchesi de Carvalho – Corregedor-Geral de Justiça

Desembargadora Kárin Emmerich – Vice-Corregedora-Geral de Justiça



COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

MAGISTRADOS

Desembargador Vicente de Oliveira Silva, Superintendente Administrativo Adjunto

Desembargador Ronaldo Claret de Moraes, Superintendente de Acessibilidade e Inclusão

Desembargador Alexandre Quintino Santiago, Superintendente de Saúde

Marcelo Rodrigues Fioravante, Juiz Auxiliar da Presidência

Luís Fernando de Oliveira Benfatti, Juiz Auxiliar da Presidência

Mariana de Lima Andrade, Juíza Auxiliar da Presidência

Thiago Grazziane Gandra, Juiz Auxiliar da Segunda Vice-Presidência

Cláudia Luciene Silva Oliveira, Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça

Marcela Maria Pereira Amaral Novais, Juíza Auxiliar da Presidência



COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

SERVIDORES

Selmara Alves Fernandes - SEGOVE

Giovana Álvares de Moura - DEPLAG

Ana Maria Fernandes Cassimiro - DEARHU

Wagner de Paula Rosa - DENGEP

Wander Ferreira da Silva - DIRSEP

Luciana Alves Drumond Almeida - DIRDEP

Valdir Ferreira - DIRTEC

Abalene Romie Rodrigues da Silva - GEJESP

Ricardo de Freitas Reis - Corregedoria-Geral de Justiça

Alex Aguiar de Figueiredo - Entidades representativas dos servidores

Juscelino Rademarker de Oliveira - Entidades representativas dos servidores



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. MENSAGEM DO SUPERINTENDENTE
3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
 - 4.1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
 - 4.2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS
 - 4.3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL
 - 4.4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA
 - 4.5. ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA
5. MENSAGEM FINAL





1. INTRODUÇÃO

A acessibilidade e a inclusão integram a atuação estratégica do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por influenciarem diretamente o acesso à Justiça e a qualidade dos serviços prestados. O relatório de acessibilidade e inclusão de 2025 consolida as principais ações, projetos e indicadores desenvolvidos no período, em alinhamento às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, em especial à Resolução CNJ nº 401/2021, e aos objetivos institucionais do TJMG.

Após a fase de diagnóstico e identificação de barreiras, o ano de 2025 concentrou-se na implementação e ampliação de iniciativas voltadas à acessibilidade física, comunicacional, tecnológica e atitudinal. Organizado por eixos temáticos, o relatório possibilita o acompanhamento dos resultados alcançados, a identificação de lacunas e o subsídio ao planejamento de ações futuras.



2. MENSAGEM DO SUPERINTENDENTE



Foto: Acervo TJMG

A promoção da acessibilidade e da inclusão representa um compromisso permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com a garantia de direitos e com a prestação de um serviço público mais justo e eficiente. Em 2025, o Tribunal avançou na consolidação de iniciativas voltadas à redução de barreiras e ao fortalecimento de uma cultura institucional orientada ao respeito à diversidade.

Ao assumir a Superintendência de Acessibilidade e Inclusão, em setembro de 2025, foi possível acompanhar as iniciativas em curso e os avanços alcançados, destacando-se o empenho da equipe e comissão envolvida. Os resultados apresentados neste relatório evidenciam que a construção de um Judiciário mais acessível é um processo contínuo, que exige planejamento, escuta e aprimoramento constante, reafirmando o compromisso institucional com a melhoria contínua das ações de acessibilidade e inclusão no âmbito do TJMG.

Desembargador Ronaldo Claret de Moraes

3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

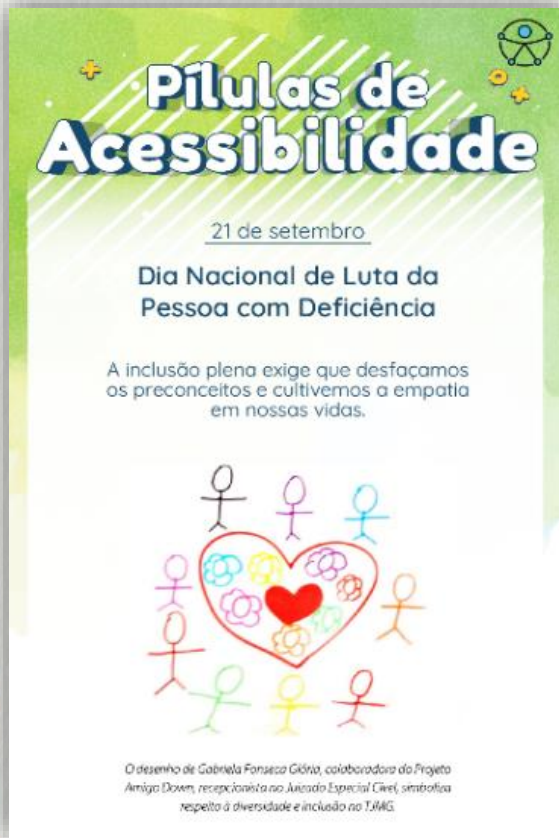


Foto: Acervo TJMG

PÍLULAS DE ACESSIBILIDADE: em 2025, foi dada continuidade à campanha Pílulas de Acessibilidade, reforçando o compromisso institucional com a promoção da inclusão. A iniciativa manteve como estratégia a divulgação de conteúdos curtos, claros e objetivos, voltados à disseminação de conceitos fundamentais de acessibilidade, formato que se mostrou eficaz para a rápida assimilação das informações e para a sensibilização contínua de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores, contribuindo para a transformação do conhecimento teórico em práticas cotidianas.

3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

CARTILHA - a cartilha *“Inclusão: Qual a sua atitude?”*, lançada anteriormente pela Superintendência de Acessibilidade e Inclusão do TJMG, passou a contar, em 2025, com versão em braille, disponibilizada em todos os fóruns. A publicação tem como objetivo fornecer informações, orientações e dicas práticas voltadas à promoção da inclusão social de pessoas com deficiência, em diferentes contextos da sociedade.

SETEMBRO VERDE: a campanha ocorreu ao longo do mês de setembro, com ações voltadas à conscientização sobre acessibilidade e inclusão, em alusão ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. As iniciativas buscaram sensibilizar magistrados, servidores e colaboradores quanto à adoção de práticas institucionais mais inclusivas.

Como parte da programação, foi promovido o seminário “Setembro Acessível: Diálogos sobre a Inclusão no Judiciário”, espaço de reflexão e troca de experiências sobre os desafios e avanços da acessibilidade no âmbito do Poder Judiciário.

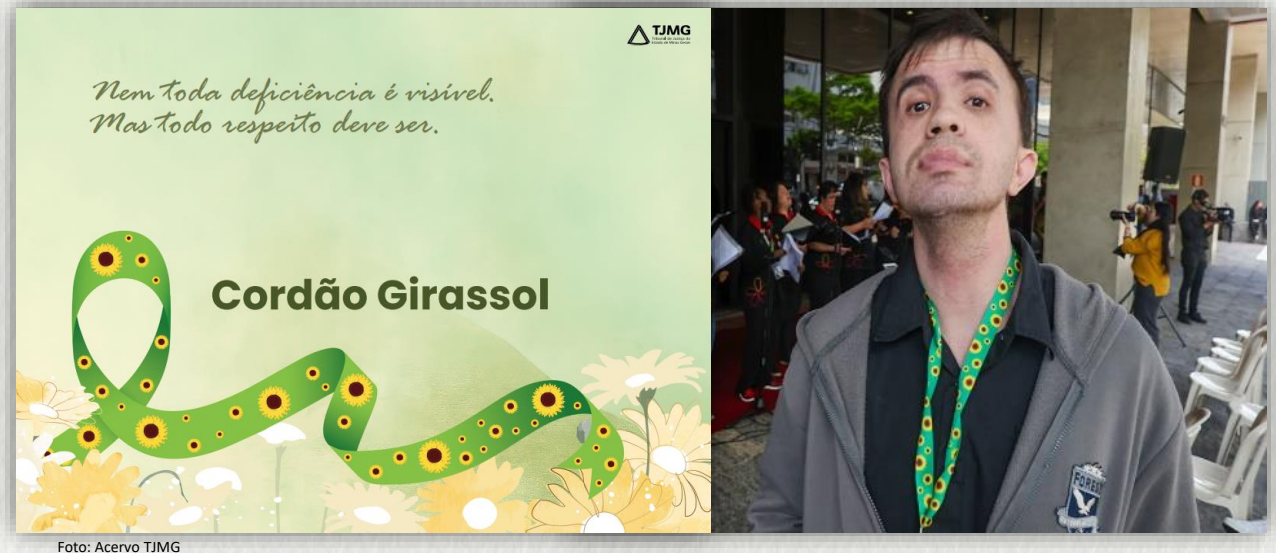


Foto: Acervo TJMG

3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

CORDÃO DE GIRASSOL: a partir de setembro de 2025, o cordão de girassol passou a ser disponibilizado a magistrados, servidores, colaboradores, estagiários e adolescentes trabalhadores do TJMG, acompanhado da divulgação da cartilha Cordão de Girassol no Portal do TJMG, como ação de promoção da conscientização e inclusão.



NOTA TÉCNICA: como uma das ações desenvolvidas em 2025, foi elaborada nota técnica sobre inclusão social nas contratações públicas, com o objetivo de orientar e fortalecer a adoção de práticas inclusivas nos processos de contratação, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade no âmbito institucional.

3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



CULTURA

INTERVALO CULTURAL: iniciativa de aproximação com a sociedade, realizada por meio de apresentações de música, dança, peças teatrais e outras manifestações culturais. Em 2025, a programação contou com a apresentação do Coral Voz Ativa, do Instituto Mano Down, formado por pessoas com deficiência intelectual, cuja atuação artística reforça a inclusão e valoriza o protagonismo de seus integrantes.



Foto: Acervo TJMG



Foto: Acervo TJMG



Foto: Acervo TJMG

CONHECENDO O JUDICIÁRIO: em 2025, foram realizadas visitas institucionais de apresentação do TJMG a assistidos do Instituto São Rafael e a profissionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) que atuam no Tribunal, bem como a alunos da Escola Francisco Sales.

3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



CULTURA



Foto: Acervo TJMG

GALERIA DE ARTE: foi realizada na Galeria de Arte do TJMG a exposição “Vida: um Movimento Têxtil”, da artista Ana Bouissou, que se destacou por seu caráter acessível e inclusivo, oferecendo experiências táteis e audiovisuais. Algumas obras puderam ser tocadas e contaram com recursos de audiodescrição, permitindo ao público explorar texturas, formas e materiais de maneira sensorial.

FEIRA DE ARTESANATO E INCLUSÃO: com foco no empreendedorismo, na autonomia e na inclusão social, foram realizadas edições especiais da Feira Cidadania Solidária, em parceria com o Instituto Mano Down, promovendo a exposição e a venda de produtos produzidos por famílias de pessoas com deficiência, e reforçando a importância da inclusão.



Foto: Acervo TJMG



Foto: Acervo TJMG

3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



CULTURA

CINECLUBE TJ: o Cineclube TJ, criado em 2003, realiza sessões com audiodescrição desde 2017, ampliando o acesso de pessoas com deficiência visual, com filmes cedidos pelo setor de Braille da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Em 2025, um dos filmes exibidos foi *Cazuza – O Tempo não Para*, em sessão com a participação de professores e alunos do Instituto São Rafael, reforçando o compromisso com a acessibilidade e a inclusão cultural.



Foto: Acervo TJMG



Foto: Acervo TJMG

PAPAI NOEL NO TJ: como uma das ações de inclusão realizadas em 2025, o TJMG promoveu a iniciativa Papai Noel no TJ, com a participação de crianças com deficiência do Instituto Mano Down, entidade parceira do Tribunal, reforçando o compromisso institucional com a inclusão e a promoção de experiências acessíveis e acolhedoras.

3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

OUTRAS ATIVIDADES

CONSEPRE : XVIII Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil.

Em 2025, os projetos sociais e judiciais desenvolvidos pelo TJMG foram destaque durante o CONSEPRE, evidenciando o compromisso institucional com a inclusão, a cidadania e a aproximação do Judiciário com a sociedade, com a apresentação do painel Judiciário e Sociedade – Inclusão e Aproximação e do Portfólio de Projetos Sociais: A agenda de direitos e cidadania do TJMG, que destacou iniciativas como Amigo Down, rua de direitos, orquestra e coral e posso ajudar!.



Foto: Acervo TJMG

CAFÉ COM PRESIDENTE: o TJMG celebrou, em 2025, o Dia Internacional da Síndrome de Down, comemorado em 21 de março, por meio de um café realizado na Presidência. A iniciativa foi destinada aos colaboradores contratados por meio do Programa Amigo Down, reafirmando o compromisso institucional com a inclusão e a valorização da diversidade.



Foto: Acervo TJMG



Foto: Acervo TJMG

3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

CAPACITAÇÃO

Foi dada continuidade aos cursos da EJEJ voltados à inclusão, com destaque para a oferta do curso Fundamentos da Acessibilidade Digital: Estrutura, Conteúdo e Design Inclusivo, destinado a capacitar os participantes na aplicação de princípios de acessibilidade em ambientes digitais.



Foto: Acervo TJMG

CURSO FUNDAMENTOS DA ACESSIBILIDADE DIGITAL: ESTRUTURA, CONTEÚDO E DESIGN INCLUSIVO: tem como objetivo capacitar os participantes a reconhecer e aplicar princípios de acessibilidade digital, considerando normas internacionais, usabilidade e estratégias de inclusão em ambientes digitais.

CURSO DIÁLOGOS SOBRE A INCLUSÃO NO JUDICIÁRIO: tem como propósito promover a reflexão e o aprofundamento dos conhecimentos sobre acessibilidade e inclusão no âmbito do Poder Judiciário. A partir da abordagem de aspectos jurídicos e normativos, aliada à apresentação de experiências práticas, a ação educacional busca fortalecer a compreensão do papel institucional do Judiciário como garantidor dos direitos das pessoas com deficiência.



Foto: Acervo TJMG

3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

CAPACITAÇÃO



Foto: Acervo TJMG

CURSO PRÁTICO DE LIBRAS – MÓDULO I: em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o curso visa capacitar servidores e colaboradores no uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), promovendo uma comunicação mais acessível e inclusiva para pessoas surdas.

CURSO INCLUSÃO SOCIAL E NO TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: o curso explora perspectivas históricas e concepções teóricas fundamentais para a compreensão de atitudes e comportamentos inclusivos. Aborda as características e os impactos do capacitismo na exclusão de pessoas com deficiência.



Foto: Acervo TJMG

3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

OUTRAS ATIVIDADES

OFICINA SOBRE ACESSIBILIDADE NO CNJ - durante o ano de 2025, magistrado e servidora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais participaram de oficinas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça, voltadas à construção colaborativa da Política de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência no Judiciário. A iniciativa reuniu pessoas com deficiência e especialistas em acessibilidade de todo o país, com foco na elaboração participativa de diretrizes nacionais e no fortalecimento do compromisso institucional com um Judiciário mais acessível e inclusivo.



Foto: Acervo TJMG



Foto: Acervo TJMG



Foto: Acervo TJMG

VEÍCULO ADAPTADO: o TJMG adequou um dos veículos de sua frota com o objetivo de ampliar as condições de acessibilidade e promover a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O automóvel passou a contar com recursos específicos que possibilitam o transporte seguro e adequado, contribuindo para a autonomia da pessoa com deficiência.

3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

PROJETOS

PROJETO AMIGO DOWN : visando ampliar a inclusão de pessoas com deficiência, foi realizada a expansão do projeto, abrangendo 23 comarcas, por meio de contrato de prestação de serviços com a Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado de Minas Gerais (FEAPAES-MG).



Foto: Acervo TJMG



Foto: Acervo TJMG



Foto: Acervo TJMG



Foto: Acervo TJMG



Foto: Acervo TJMG

PROJETO CIRCUITO COMARCAS: em meados de 2025, foi retomado o projeto que propõe a realização de visitas técnicas presenciais às comarcas, com foco na avaliação e no aprimoramento da infraestrutura física e digital, da gestão patrimonial, da acessibilidade, da sustentabilidade ambiental, da ergonomia nos postos de trabalho e da utilização de ferramentas digitais.



Foto: Acervo TJMG

3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

PREMIAÇÕES

SELO EMPRESA AMIGA: em 2025, o TJMG foi reconhecido com o Selo Empresa Amiga, concedido pelo Instituto Mano Down, em razão das ações institucionais voltadas à valorização da diversidade e da inclusão. O Tribunal foi agraciado na categoria “Incluo – Talento Apoiado”, em reconhecimento às iniciativas de inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho.



Foto: Acervo TJMG



Foto: Acervo TJMG

CERTIFICADO AGENDA 2030: em 2025, a iniciativa Pílulas de Acessibilidade, desenvolvida pelo Centro de Sustentabilidade do TJMG (CESUS), recebeu o Certificado Agenda 2030, em reconhecimento à sua contribuição para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e para o fortalecimento dos direitos humanos.

3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

PARCERIAS

FENEIS: por meio de uma parceria com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), o TJMG contrata pessoas com deficiência auditiva para digitalização de processos remetidos aos tribunais superiores.

LACRE DO BEM: o Projeto Lacre do Bem, que, por meio da coleta de lacres de alumínio para reciclagem, promove a sustentabilidade e a acessibilidade, contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida de pessoas com mobilidade reduzida. Em 2025, a parceria resultou no reforço da campanha de coleta de lacres de alumínio nos edifícios do TJMG em Belo Horizonte e na expansão da iniciativa para as comarcas, possibilitando a doação de duas cadeiras de rodas.



Foto: Acervo TJMG

4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.1 GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

- ❖ Quantidade de magistrados(as) com deficiência.

Definição: número total de magistrados(as) com deficiência no órgão ao final do período-base, somando-se todos os graus de jurisdição.

Unidade de medida: magistrados(as)

Resultado: 16

- ❖ Quantidade de servidores(as) com deficiência.

Definição: número total de servidores(as) do quadro efetivo com deficiência. Considerar todos os servidores(as) efetivos, cedidos(as) ao órgão e requisitados(as) pelo órgão lotados ao final do período-base. Não são computados os(as) servidores(as) que saíram do órgão por cessão ou requisição e os(as) servidores(as) comissionados(as) sem vínculo.

Unidade de medida: servidores(as)

Resultado: 567

- ❖ Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência.

Definição: número total de servidores(as) com deficiência que possuem cargo em comissão (CC) com ou sem vínculo com o órgão.

Unidade de medida: servidores(as) comissionados(as)

Resultado: 50

4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.1 GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

- ❖ Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.

Definição: número total de servidores(as) com função comissionada (FC) do quadro efetivo com deficiência.

Unidade de medida: servidores(as) com função comissionada

Resultado: 0

- ❖ Quantidade de estagiários(as) com deficiência.

Definição: número total de estagiários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

Unidade de medida: estagiários(as)

Resultado: 89

- ❖ Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência.

Definição: número total de terceirizados(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

Unidade de medida: trabalhadores(as) terceirizados(as)

Resultado: 186

4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.1 GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

- ❖ Quantidade de juízes(as) leigos(as) com deficiência.

Definição: número total de juízes(as) leigos(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

Unidade de medida: juízes(as) leigos(as)

Resultado: 0

- ❖ Quantidade de conciliadores(as) com deficiência.

Definição: número total de conciliadores(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

Unidade de medida: conciliadores(as)

Resultado: 8

- ❖ Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas.

Definição: número total de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias privatizadas ao final do período-base.

Unidade de medida: trabalhadores(as)

Resultado: não se aplica

4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.1 GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

- ❖ Quantidade de voluntários(as) com deficiência.

Definição: número total de voluntários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

Unidade de medida: voluntários(as)

Resultado: 1

- ❖ Quantidade de aprendizes com deficiência.

Definição: número total de aprendizes com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

Unidade de medida: aprendizes

Resultado: 2

4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.2 ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

- ❖ Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Definição: proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) em cursos, realizados pelo órgão ou com outras instituições, nas temáticas sobre acessibilidade e inclusão em relação ao total de servidores(as) do órgão.

Resultado: 0,01

- ❖ Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base

Definição: quantidade de cursos oferecidos pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.

Unidade de medida: cursos

Resultado: 5

- ❖ Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.

Definição: quantidade de vagas ofertadas pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.

Unidade de medida: vagas

Resultado: 5501



4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.2 ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

- ❖ Quantidade de servidores(as) do quadro de pessoal capacitados em Libras no período-base.

Definição: quantidade de servidores(as) capacitados(as) em Libras, nos termos do Decreto nº 9.656/2018 (capacitação básica).

Unidade de medida: pessoas

Resultado: 887

- ❖ QLibrasAux – Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.

Definição: quantidade de pessoas do quadro auxiliar (terceirizados(as), estagiários(as), juízes(as) leigos(as), conciliadores(as), voluntários (capacitadas em Libras, nos termos do Decreto no 9.656/2018 (capacitação básica).

Unidade de medida: pessoas

Resultado: 1923

- ❖ Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Definição: proporção da quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência em relação à quantidade total de gestores(as) do órgão.

Resultado: 0,22



4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.2 ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

- ❖ Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.

Definição: quantidade de pessoas capacitadas para o pleno atendimento (no aspecto psicossocial) de pessoa com deficiência.

Unidade de medida: pessoas

Resultado: 13

- ❖ Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.

Definição: quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade digital (eliminação de barreiras na web). A acessibilidade digital pressupõe que os sítios eletrônicos sejam desenvolvidos de modo que todas as pessoas possam navegar e interagir de forma efetiva.

Unidade de medida: pessoas

Resultado: 1

- ❖ Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.

Definição: quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.

Unidade de medida: pessoas

Resultado: 0



4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.2 ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

- ❖ Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.

Definição: quantidade de ações que promovam a sensibilização do corpo funcional, introduzindo conceitos e temas relacionados à pessoa com deficiência e desmitificando preconceitos.

Unidade de medida: quantidade de ações de sensibilização

Unidade de medida: ações

Resultado: 8

- ❖ Ações de promoção da inclusão.

Definição: quantidade de ações realizadas pelo órgão, ou em parceria com outras instituições, voltadas para atividades destinadas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, excluídas as ações de capacitação (ex: eventos destinados ao lazer, à saúde e à cultura)

Resultado: 147



4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.2 ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

- ❖ Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo

Definição: número de contratos que envolvam atendimento ao público externo

Resultado: 4

- ❖ Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras

Definição: número de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras

Resultado: 1

- ❖ Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras e relação ao total de contratos no período-base.

Definição: quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo que possuam mão de obra qualificada para o atendimento à pessoa com surdez. Exemplos: contratos de recepcionista, segurança, brigadista e outros que prestam atendimento ao público externo.

Resultado: 0,25



4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.3 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

- ❖ Quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade.

Definição: quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade (ex: legenda, janela de libras, audiodescrição)

Unidade de medida: vídeos

Resultado: 760

OBS: a entrega foi dividida da segunda maneira:

DIRCOM/COPUB: 165

EJEF: 595

- ❖ Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível.

Definição: quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas no site do órgão do Poder Judiciário em formato acessível (ex: descrição para as imagens que transmitem conteúdo, descrição de links com texto explicativo, alternativas para áudio e vídeo: legenda, transcrição textual, Libras, audiodescrição).

Unidade de medida: matérias jornalísticas

Resultado: 2.040

4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.3 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

- ❖ A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?

Resultado: Sim.

OBS: a Ouvidoria do TJMG disponibiliza alternativas acessíveis ao público com deficiência, por integrar o canal de comunicação unificado “Fale com o TJMG”, o qual oferece acessibilidade em Libras. O setor também realiza atendimento por telefone, de forma presencial — em local equipado com rampas de acesso — e por correspondência, que pode, inclusive, ser grafada em braile, uma vez que duas servidoras do setor são deficientes visuais.

- ❖ Quantidade total de eventos

Definição: número total de eventos

Resultado: 613

- ❖ Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional

Definição: número de eventos com acessibilidade comunicacional

Resultado: 85

4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.3 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

- ❖ Proporção de eventos, presenciais ou a distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais.

Definição: proporção de eventos promovidos pelo órgão contendo comunicação acessível para pessoas com deficiência em relação a todos os eventos promovidos no ano base.

Unidade de medida: eventos

Resultado: 0,13

4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

4.4 ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

- ❖ O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?

Definição: informar se usa programas que detectam o código HTML e analisam seu conteúdo, verificando se está ou não em acordo com o conjunto das regras estabelecidas sobre acessibilidade digital.

Resultado: Sim

OBS: utilizamos sites que validam itens de acessibilidade e interação do usuário:

<https://contrastchecker.com/>, <https://validator.w3.org/>, <https://www.hotjar.com/pt-BR/>, ferramenta Lighthouse

- ❖ O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?

Definição: informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas, tais como programa de leitor de tela, para possibilitar a utilização de computadores.

Resultado: Sim.

OBS: fornecimento de programas leitores de tela como NVDA, Eloquence, Zoom Text, e funções embarcadas no Windows (Lupa, Autocontraste, aumento de fonte).

INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.4 ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

- ❖ O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total:
programa leitor de tela?

Definição: programa leitor de tela

Resultado: Sim - OBS: programa leitor de tela: VLibras e NVDA, em conjunto com Eloquence.

- ❖ O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total:
aplicativos associados a programas sintetizadores de voz?

Definição: aplicativos associados a programa sintetizadores de voz

Resultado: Sim - OBS: Eloquence

- ❖ O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total:
ferramenta de contraste?

Definição: ferramenta de contraste

Resultado: Sim

OBS: na parte superior do Portal TJMG e de sua intranet, são disponibilizados atalhos de navegação pelo teclado, além do link “Acessibilidade”, no qual estão detalhadas as alternativas de navegação disponíveis.



INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.4 ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

- ❖ O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total: programa de ampliação de tela?

Definição: Programa ampliação de tela

Resultado: Sim - OBS: zoom text e funções embarcadas do Windows (Lupa).

- ❖ O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total: outros programas?

Definição: outros programas

Resultado: não

- ❖ O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?

Definição: Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas para possibilitar o uso de aplicativos de videoconferência.

Resultado: não - OBS: não fornecemos software específico para videoconferência. Os recursos de acessibilidade são os nativos das ferramentas

Google Meet



4. INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



4.5 ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA

A acessibilidade arquitetônica e urbanística dos prédios do Poder Judiciário será mensurada com base nos critérios estabelecidos em normas técnicas pertinentes e na Resolução CNJ nº 401/2021, por meio de avaliações periódicas de caráter quinquenal, a serem coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça, a partir do diagnóstico prévio previsto no art. 33 da referida norma.

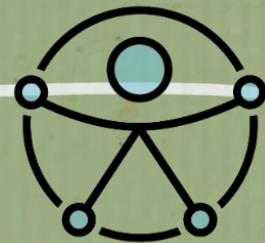
Alinhada aos macrodesafios definidos no Planejamento Estratégico do TJMG para o sexênio 2021–2026, a Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial tem desenvolvido diversas ações voltadas à adequação e à qualificação da infraestrutura física da Corte. Nesse contexto, fóruns foram construídos, reformados ou ampliados, em conformidade com o Sistema de Priorização, contribuindo para a promoção de ambientes de trabalho mais dignos, sustentáveis e acessíveis, tanto para o público interno quanto para o externo do TJMG.

5. MENSAGEM FINAL



A acessibilidade e a inclusão não se esgotam em ações pontuais, mas se constroem diariamente por meio de escolhas institucionais, práticas consistentes e compromisso coletivo. Que os avanços registrados neste relatório sirvam de base para o aprimoramento contínuo das políticas públicas do TJMG, fortalecendo um Judiciário cada vez mais acessível, inclusivo e alinhado às necessidades da sociedade.





“Sozinhos podemos fazer pouco; juntos podemos fazer muito.”

Helen Keller

